

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

## Ata da Quadragésima Oitava Sessão Ordinária do Tribunal Regional Eleitoral, no Ano de 1997.

1 Às dezessete horas do dia três de junho do ano de mil novecentos e 2 noventa e sete (03.06.97), nesta cidade do Recife, Capital do Estado de 3 Pernambuco, presentes os Excelentíssimos Senhores: Presidente, Des. 4 Luiz Belém de Alencar; Vice-Presidente, Des. Francisco de Sá Sampaio: 5 Juiz do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Dr. José de Castro 6 Meira; Juízes de Direito, Dr. Roberto Ferreira Lins e Dr. Ivonaldo 7 Pereira de Miranda; Jurista, Dr. Carlos Alberto de Britto Lyra; e o 8 Procurador Regional Eleitoral, Dr. Joaquim José de Barros Dias, 9 comigo, Inês Martins, Diretora Geral da Secretaria, foi aberta a Sessão. 10 Lida e aprovada a ata da Sessão anterior, o Des. Presidente passou à 11 leitura do seguinte expediente: MENSAGEM FAX N° 2305/97-SJ-TSE, 12 de 28.05.97, comunicando foi proferido despacho em 27.05.97, nos 13 autos do Recurso Ordinário nº 36/97-TSE (Proc. nº 3982/95-TRE), 14 negando seguimento ao recurso e determinando seu arquivamento. 15 DESPACHO: "Lido em Sessão. Ciente. Comunique-se."; MENSAGEM 16 FAX N° 2308/97-SJ-TSE, de 28.05.97, comunicando que foi negado 17 seguimento ao Agravo de Instrumento nº 766/97-TSE (Proc. nº 1176/97-18 TRE). DESPACHO: "Lido em Sessão. Ciente. Comunique-se."; 19 TELEX-CIRCULAR N° 63/SS, de 21.05.97, comunicando que o TSE, 20 em Sessão de 20.05.97, julgando pedido do PTB, deferiu o pedido de 21 alteração da data de veiculação gratuita do seu programa político-22 partidário, no primeiro semestre de 1997, passando do dia 19.06, para o 23 dia 18.06. DESPACHO: "Lido em Sessão. Ciente. À Secretaria 24 Judiciária para as providências cabíveis."; OFÍCIO S/N°, protocolado 25 sob nº 563, em 23.05.97, do Partido dos Trabalhadores, comunicando a 26 realização das convenções municipais neste estado. DESPACHO: "Lido 27 em Sessão. Ciente. Anote-se". Em seguida, o Des. Presidente propôs a 28 designação de juízes eleitorais para substituírem os titulares, por motivo 29 de férias, nas seguintes zonas eleitorais: Dr. João Alberto Magalhães de 30 Siqueira, para a 48ª Zona, Altinho; Dr. Sílvio Romero Beltrão, para a 35ª 31 Zona, Bezerros; e o Dr. Lúcio Grassi Gouveia, para a 118ª Zona, 32 Jaboatão dos Guararapes. A Corte, unanimemente, homologou as 33 designações. Posteriormente, o Des. Presidente relatou os seguintes 34 processos da Classe I, Feito Administrativo: PROCESSO Nº 8559/97, 35 da 76ª Zona Serrita, em que o Juiz Eleitoral comunica que a Sra.

36 Raimunda Alencar da Cruz assumiu a escrivania eleitoral, em face do

37 término do biênio do escrivão anterior. DECISÃO: "Unanimemente, 38 homologada a substituição."; PROCESSO Nº 8569/97, da 59ª Zona, 39 Correntes, em que o Juiz Eleitoral solicita a recondução, por mais um 40 biênio, do Sr. João Dias de Lima, escrevente do 1º Ofício daquela 41 comarca. DECISÃO: "Unanimemente, deferida a recondução.": 42 PROCESSO Nº 8570/97, da 4ª Zona, Recife, em que o Juiz Eleitoral 43 solicita a requisição de Manoel Evanoel da Silva, para servir como 44 Auxiliar de Cartório, em Fernando de Noronha. DECISÃO: 45 "Unanimemente, deferida a requisição, pelo prazo de um ano, contando-46 se o exercício a partir da apresentação do auxiliar em cartório". Em 47 seguida, o Des. Presidente fez a leitura da pauta e passou a palavra ao 48 JUIZ CASTRO MEIRA, que relatou o PROCESSO Nº 134/97. Classe 49 VII, Recurso sobre a Expedição de Diplomas, da 66ª Zona, Iguaracy 50 (Afogados da Ingazeira), Revisor: Juiz Ivonaldo Miranda, em que o 51 PMDB recorre contra a diplomação do candidato recorrido, Roberto 52 Vasconcelos Vicente, vereador eleito pela Coligação PSDB/PFL. 53 DECISÃO: "Preliminar, unanimemente e de acordo com o parecer da 54 Procuradoria, não se conheceu do recurso face a sua preclusão". Dando 55 sequência, o Des. Presidente passou a palavra ao JUIZ FRANCISCO 56 SAMPAIO, que relatou o PROCESSO Nº 588/97, Classe XV, Consulta, 57 em que o PPB, consulta sobre valores máximos, em índices oficiais, de 58 doações de pessoa física e jurídica a partidos políticos, de acordo com o 59 art. 39 e parágrafos da Lei nº 9096/95. DECISÃO: "Unanimemente e de 60 acordo com o parecer da Procuradoria, respondeu-se à consulta no 61 sentido de que os valores máximos de doações de pessoas jurídicas estão 62 limitadas no art. 39, § 4°, I e II, da Lei n° 9096/95, e que não há fixação 63 legal de limites para as doações de pessoas físicas. Nesta última questão. 64 vencido o Juiz Castro Meira, que entendia dever ser aplicado o limite 65 legal também para as pessoas físicas". A seguir, o Des. Presidente 66 concedeu a palavra ao JUIZ CARLOS DE BRITTO, que relatou os 67 seguintes feitos: PROCESSO Nº 256/97, Classe XVI, Reclamação e 68 Representação, da 34ª Zona, Casinhas (Surubim), em que a Frente 69 Popular de Casinhas apresenta representação contra Murilo Jorge Farias 70 Barbosa, José Guerra de Farias e a Coligação União por Casinhas, sob 71 alegação de prática de crime eleitoral, ao usarem a inauguração de uma 72 obra pública para fazer comício político. DECISÃO: "Unanimemente e 73 de acordo com o parecer da Procuradoria, convertido o julgamento em 74 diligência para a instauração do devido inquérito policial a fim de que 75 possam ser trazidos aos autos, elementos de prova a serem destinados à 76 instrução de uma provável ação penal. Decisão independente de 77 acórdão."; PROCESSO Nº 1191/97, Classe XVII, Diversos, em que o 78 PMDB requer o tempo total de quarenta minutos, por semestre, para 79 veiculação de inserções diárias, nos intervalos da programação normal 80 das emissoras de rádio e TV, deste estado, elencados em seu 81 requerimento. DECISÃO: "Unanimemente, deferido o pedido de

2002

82 inserções diárias, do PMDB". Posteriormente, o Des. Presidente facultou

83 a palavra ao JUIZ ROBERTO LINS, que trouxe a julgamento o

84 PROCESSO Nº 4612/96, Classe VI, Recurso Eleitoral Ordinário, da

85 127ª Zona, Camaragibe, ao qual havia pedido vista em Sessão de

86 26.05.97. DECISÃO: "Unanimemente, negado provimento ao recurso,

87 contra o parecer da Procuradoria, tendo o Juiz Relator reformulado o seu

88 voto proferido em Sessão de 26.05.97". Nada mais havendo a tratar, foi 89 encerrada a Sessão, do que, para constar, eu

90 Diretora Geral da Secretaria, mandei lavrar a presente, que lida e achada

91 conforme, vai devidamente assinada.

